

# A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS

NETO, Otávio Cividini; GAMEIRO, Adriano Moreira

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais. Eficácia. Relação Privada

## 1 INTRODUÇÃO

Analisar a ocorrência dos direitos fundamentais nas relações privadas vem a possibilitar ao legislador bem como a esfera Judiciária maior oportunidade de consolidar certos valores constitucionais procedentes, especialmente, dos direitos fundamentais, incluindo assim como, no campo dessas interligações entre particulares, conduzindo à execução dos valores sociais e interesse público, na busca um Estado mais igualitário.

Tem-se a Constituição Federal de 1988 trazendo um novo enfoque quanto às relações entre o poder público e a sociedade, com o objetivo de consagrar o rompimento com um poder autoritário que era na então época o regime militar. Com isso, trouxe uma nova forma de Estado preocupado em efetivar a igualdade entre as pessoas, incluindo as relações tanto com o poder público, mas entre os particulares.

Assim, ao apreciar o indivíduo como fundamentalmente livre acaba surgindo uma autonomia privada em um direito fundamental, e com isso, devendo assim respeitar. Dessa forma, torna-se importante analisar de determinadas probabilidades quanto à ocorrência dos direitos fundamentais nas relações privadas, levando em consideração que havendo interferência exagerada nas relações privadas pode ocorrer o fim da autonomia.

## 2 OBJETIVO

O objetivo de pesquisa está em desenvolver uma abordagem quanto a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas a fim de elucidar alguns pontos importantes sob o prisma da Constituição Federal de 1988 trazendo alguns apontamentos doutrinários e jurisprudenciais.

Os objetivos são redigidos com verbos no infinitivo, p.ex.: caracterizar, identificar, compreender, analisar, verificar.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa incide na reunião de ações que precisa acompanhar um conjunto de métodos previamente estabelecidos por meio de uma técnica fundada na racionalidade com o propósito de adquirir resultados e respostas a determinado problema exposto. Para desenvolver qualquer pesquisa, é preciso iniciar de um ponto que guiará o caminho analisado quanto ao assunto proposto.

São diversos os tipos de pesquisa, desse modo, o pesquisador deverá delimitar o objeto de estudo considerando os objetivos da pesquisa e de que forma se busca atingi-los. Para a elaboração deste trabalho a pesquisa é de natureza pura qualitativa, pois irá verificar a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas diante da sua aplicação no ordenamento jurídico.

Quanto ao procedimento, será aplicada a pesquisa bibliográfica, sendo considerada como uma forma de coletar os dados para obter maiores informações sobre o tema. A pesquisa se dará na leitura de livros, periódicos e artigos como material impresso, e também utilizou materiais eletrônicos disponíveis em websites.

### **4 DESENVOLVIMENTO**

O tema proposto encontra-se no âmbito de debate do direito, tanto no campo Constitucional, como na esfera Civil, no que concerne a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Sabe-se que os direitos fundamentais são estritamente necessários para o indivíduo, afinal a Constituição Federal de 1988 busca um equilíbrio entre a relação Público x Particular, pois visa restringir poder estatal com o intuito de ir além de suas funções e assim, pretendendo ampliar o desenvolvimento da pessoa humana, a fim de sancionar o respeito à dignidade humana.

Além disso, os direitos fundamentais, sendo considerado como um dos princípios constitucionais age no ordenamento jurídico tanto na esfera pública como privado, assim vem a resguardar os particulares, contra ações que ferem os direitos fundamentais, derivados de outros indivíduos ou entidades particulares.

Levando em consideração que o indivíduo sendo livre é possuidor de direito fundamental, e assim, merece atenção e respeito de todos. Investigar o assunto quanto a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas, embora discutidos na esfera jurídica ainda sim, carece mais dedicação, cuidado, pois vem a apresentar um vasto campo para desdobramento quanto aos estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, verificou a importância da eficácia jurídica quanto aos direitos humanos. Sendo evidente a necessidade de debates referente a amplitude da subordinação das pessoas privadas relacionado a esses direitos fundamentais, que despontaram para contrapor Estado e cidadãos.

Os direitos fundamentais são considerados essenciais na proteção da dignidade humana, e, estão elencados no ordenamento jurídico brasileiro como na Constituição Federal de 1988 com a finalidade de garantir aos cidadãos uma vida mais digna. O texto contido na Carta Magna foi devido a vários debates que chegou na redemocratização do país, tendo os direitos fundamentais, e como cláusulas pétreas.

O poder normativo da Constituição Federal de 1988, depois de ser reconhecida, trouxe uma nova roupagem quanto aos direitos fundamentais, obtendo mais espaço no ordenamento jurídico, vindo a influenciar várias esferas jurídicas, afinal a dignidade da pessoa humana, um dos princípios essenciais disciplinado na Carta Magna, apenas é apreciada quando não somente o Estado, assim compreendendo todos os indivíduos, inclusive os particulares, possibilitando a conservação dos valores principais e invioláveis em prol do cidadãos.

## 6 REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito constitucional descomplicado**. 14. ed. rev. e atual. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 13. ed., rev., ampl. e atual. Bahia: Juspodivm, 2019.